

PANORAMA ECONÔMICO



MIRIAM LEITÃO

Futuro do ajuste

• No fim de semana, depois da entrevista na TV, conversamos longamente com o presidente. Ontem, almocei com o ministro Pedro Malan e parte da sua equipe. Busquei respostas para as preocupações fiscais que assombram o mercado e os especialistas em contas públicas sobre o futuro do equilíbrio fiscal. A convicção que o Governo quer passar é de que o ajuste está garantido para os próximos anos.

O presidente acha que terá agora uma relação menos conflituosa com a sua base política, em parte pelas conversas que andou tendo com os partidos.

— Todos estavam perdendo — disse Fernando Henrique.

De qualquer maneira, ele disse na entrevista da Rede Globo que a base parlamentar sempre aprovou o que o Governo propôs. E está convencido de que fará isto novamente.

O argumento que todos repetem no Governo é que o Orçamento foi preparado com base na mais dura Lei de Diretrizes Orçamentárias já aprovada. A LDO, que fixa os parâmetros para se fazer o Orçamento, pôs este ano uma camisa-de-força no Governo:

— Nós estamos proibidos de não ter superávit. Está na lei que o Congresso aprovou — lembrou o presidente.

A equipe econômica está preocupada em desfazer a impressão que ficou de análises publicadas mostrando que no ano que vem o Governo perderá R\$ 23 bilhões em receitas extraordinárias que teve este ano, e que não se vão repetir.

Eles explicam que algumas receitas vão se repetir sim, e que outras, novas, mais que compensam as perdas.

Pelas tabelas que têm e que serão divulgadas no Orçamento, o Governo central na verdade perde R\$ 10,5 bilhões, mas ganha, por outro lado, R\$ 17,5 bilhões.

Vários analistas têm dito que sem o FEF a perda seria de R\$ 13 bilhões.

A equipe afirma que no FEF a perda será de R\$ 1,7 bilhão, porque o Governo só não terá o que será devolvido aos estados.

— O FEF não é uma forma de arrecadar dinheiro, mas de permitir uma administração mais flexível do Orçamento — explicou o ministro Pedro Malan.

— O grosso do FEF permanecerá na órbita federal — explicou Edward Amadeo.

As receitas de concessão continuarão ocorrendo, pela terceira parcela de Telebrás, entre outras. Há também impostos que estão entrando agora e 12 meses de CPMF.

Sobre a controversa decisão de o Governo federal assumir a dívida previdenciária de Santa Catarina, o presidente garantiu que nada está sendo feito de forma especial para Santa Catarina e que o Governo está apenas cumprindo a lei (Hauly), que mandou fazer o encontro de contas entre os sistemas previdenciários estaduais e federal. Encontro de contas necessário porque por um período os cofres estaduais

contribuíram para o INSS.

O ministro Pedro Malan disse que, além de não haver qualquer privilégio para Santa Catarina, a dívida não será paga em dinheiro mas em títulos de 15 anos com IGPM mais 6%.

Mesmo aceitando estes argumentos, uma dúvida fica: como o encontro de contas ainda está sendo feito, não se sabe o tamanho final deste gasto.

O presidente Fernando Henrique explica que isto não aumenta a dívida consolidada do setor público, porque um débito de igual valor é abatido do passivo dos estados.

É possível que isto seja verdade em relação aos outros estados, mas em relação à Santa Catarina não, porque o valor não estava na dívida fundada do estado, portanto é aumento de endividamento.

No caso do rombo que apareceu no fundo de pensão de Furnas, o Real Grandezza, uma boa notícia: o déficit foi reduzido de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 800 milhões e será integralmente pago pela Eletrobrás.

Estas contas parecem miudezas, mas não são. O que a soma delas dirá é se o país é capaz de manter a austeridade fiscal para os próximos anos, e, portanto, é capaz de manter a estabilização. Ou se, ao contrário, déficits nos próximos anos vão minar o projeto da estabilidade.

O presidente é firme e convincente quando diz que manterá o superávit fiscal.

— Se eu achar que não vai dar para garantir o resultado, eu suspenso tudo — afirmou, referindo-se aos gastos.

Ele afirmou que o Governo está gastando este ano menos do que em 95. Se a comparação for feita no gasto total e em termos nominais, é evidente que não está.

Mas quando se compararam as despesas livres — as do OCC, Outros Custeios e Capital — e se faz a conta como proporção do PIB, de fato, o país gastou 4,33% do PIB em 95 e agora 3,65% do PIB. O OCC é o dinheiro sobre o qual o Governo realmente tem poder.

O presidente sabe o que o derrubou nas pesquisas de opinião: a desvalorização trouxe de volta a sensação de crise, os aumentos de preço, tudo do qual o país quer se livrar.

O que esta reação mostrou foi o valor que o país dá à estabilidade. Portanto, o único caminho de reencontrar o apoio da opinião pública será garantir a estabilidade. O que ele pareceu convencido de que só se faz com austeridade fiscal. Portanto, é o destino do seu Governo que estará em jogo se os cofres forem abertos.

• **O MINISTRO** Pedro Malan garante que a retirada dos itens no cálculo da inflação não é para ser feita agora, é assunto para daqui a cinco anos.

COM DIRCEU VIANA